
Quem protege as Áreas Protegidas e por quê?

O plano da indústria de conservação para dobrar o tamanho das Áreas Protegidas (APs) seria a solução para a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas e, agora, até para a COVID-19! Embora as APs ??não resolvam nada disso, se o setor de conservação continuar repetindo uma grande mentira, as pessoas poderiam acabar acreditando.

Parece que todo mundo está adotando o plano das grandes ONGs de conservação, de dobrar o tamanho das Áreas Protegidas (APs), que se estenderiam a mais de trinta (ou mesmo cinquenta?) por cento do planeta. O número é arbitrário, mas a questão é que elas seriam a solução para praticamente todos os grandes problemas – perda de biodiversidade, mudança climática e até – acredite ou não – a COVID-19!

Não seria bom? Afinal, todo mundo concorda que esses são os grandes problemas – todo mundo que não esteja morrendo de fome, sendo bombardeado ou atingido por tiros. Mas dizer que as APs são a resposta para qualquer uma das questões acima é contar uma grande mentira. Elas não resolverão nada disso. Obviamente, se a indústria da conservação contar uma mentira grande muitas vezes e continuar repetindo, as pessoas acabarão acreditando.

Um aspecto trágico da pressão por falsas soluções é que elas desviam a atenção daquilo que pode representar soluções verdadeiras. Mas a situação é pior que isso.

Perda de biodiversidade

Vamos analisar os três problemas que as APs deveriam resolver. A perda de biodiversidade deve ser o mais óbvio deles. Afinal, cercando-se uma grande área de terra e interrompendo a atividade humana, é garantido que o resultado seja mais biodiversidade do que havia antes, não é assim?

Essa ideia tem três grandes problemas. Primeiro, a chamada natureza intocada é um invento da imaginação dos europeus, o mito que, há mais de dois mil anos, opõe a “civilização” à “natureza” – terras situadas fora do império e povoadas por bárbaros hostis e nômades. Esses são os territórios que os romanos procuravam “domesticar” há 2000 anos, principalmente porque queriam os recursos – escravos, sal, metais, o que fosse. Agora, a indústria de conservação diz que quer que eles sejam deixados “intocados”, mas, na realidade, alguém continua atrás de seus recursos para lucrar com o turismo, a extração de madeira, as plantações e até a mineração que as APs proporcionam.

Essas áreas não são “selvagens”. Os seres humanos manipulam a paisagem em quase todos os lugares, desde que ela existe – desde que nós existimos. E por que não? Sendo a espécie mais inteligente da Terra, por que não alteraríamos a flora e a fauna para adequá-la a nós, como fazemos com muitas espécies?

As pessoas desmataram a terra com fogo, alteraram o equilíbrio das populações de animais por meio de caça, movimentaram as plantas para diferentes continentes, domesticaram animais (o

cachorro foi o primeiro, pelo que se sabe) – e tudo isso aconteceu dezenas de milhares de anos antes do que agora chamamos de “agricultura”. Quando as atividades de plantar e criar animais se tornaram maiores que a caça e a procura de alimentos (e esqueça o conto de fadas europeu de que a agricultura foi “descoberta” no Oriente Médio), as mudanças se aceleraram. Os pastores criaram novas planícies para pastagem, e seus rebanhos movimentaram sementes por grandes áreas e abriram, a sua vez, novos espaços. As pessoas manipulavam plantas para produzir centenas de cultivares, que não poderiam sobreviver sem a atuação humana. A construção de enormes terraços em encostas, as queimadas sazonais e a caça seletiva (de castores, por exemplo) alteraram cursos de água.

As pesquisas mais recentes apontam para o fato de que as grandes áreas de “natureza intocada” da Terra – Amazônia, as planícies africanas, as selvas indianas e assim por diante – são criações humanas forjadas ao longo de milhares de anos. É claro que isso não foi reconhecido pelos colonos europeus e ainda não faz parte da linguagem dos conservacionistas. A ideia da “natureza intocada” é promovida desde as “Guerras Indígenas” dos Estados Unidos, quando os índios americanos foram expulsos dos parques nacionais que começavam a surgir – apenas mais um capítulo em sua subjugação, e do processo de “domesticação” do Oeste. O racismo, que era um elemento central na gestação da narrativa da preservação, ainda está presente hoje, embora um pouco oculto.

O segundo problema com a ideia de que as APs ??protegem a biodiversidade é que não há muitas evidências de que isso realmente funcione. É impossível medir com muita precisão (o que se mede, exatamente?), mas estudos indicam que as terras sob gestão indígena funcionam muito melhor do que as APs. Por fim, é emblemático que cerca de 80% da biodiversidade estejam em território indígena.

O terceiro problema é que as APs ??podem realmente levar à perda de biodiversidade. Ao expulsar os povos indígenas (esqueça-se da mentira de isso é coisa do passado; não é), os que protegem a biodiversidade são impedidos de fazer o que estão fazendo muito bem, e são mandados embora, o que acabará por prejudicar a paisagem.

Se quisermos frear de fato a perda de biodiversidade, o método mais rápido, barato e comprovado seria apoiar ao máximo a ideia das terras sob controle dos indígenas, devolvendo-lhes o controle do que lhes foi roubado.

Mudanças climáticas

É fácil desconstruir a ideia de que as APs ajudarão a resolver a crise climática, tanto que é preciso se perguntar como alguém poderia sequer ter pensado nessa ideia ridícula. Resumidamente, se o mundo produzir a mesma poluição de agora, mas a partir de apenas 10% de sua superfície (ou 5%, ou o que for), não importa o que esteja acontecendo nos 30% (ou quanto for) que estão sob “proteção” – o efeito sobre o clima permanece exatamente o mesmo. A lógica é inevitável: você pode cercar a terra, mas não pode cercar o vento.

Se a queima de combustíveis fósseis está por trás da mudança climática, a solução é igualmente simples: queimemos menos e nos esqueçamos das falsas soluções como “compensações” e “carbono líquido zero”. Mas é fantasioso pensar que isso possa acontecer sem redução no consumo nos países mais ricos, que usam muito mais energia do que os mais pobres. Aconteça o que acontecer, a desigualdade imensa e crescente tem que começar a ser corrigida, pelo bem de todos nós.

Aumentar o número de APs não ajudará na luta contra as mudanças climáticas.

COVID-19

A ideia de que mais APs impedirão ou reduzirão as pandemias é nova, e é uma tentativa óbvia de explorar a crise atual para promover a agenda da “conservação de fortaleza” (literalmente do inglês *fortress conservation*, a ideia de criar áreas protegidas cercadas, como se fossem “fortalezas” contra possíveis “invasões” das populações locais), e que não tem nenhuma relação com a epidemia. É uma cínica jogada de marketing.

Os coronavírus foram descobertos pela ciência décadas atrás. Como todos sabemos agora, a COVID-19 (a doença causada pelo Coronavírus de 2019) se originou em uma espécie animal não humana, antes de pular para os seres humanos. Ainda não sabemos a espécie onde isso começou, podem ter sido morcegos selvagens ou outra. Pode ter havido um hospedeiro intermediário, como os pangolins (amplamente disponíveis e supostamente criados na China), mas também não temos certeza disso. Não é surpresa: a bactéria por trás da Peste (75 a 200 milhões de mortes) é conhecida, mas a transmissão, geralmente atribuída a pulgas de ratos, pode ter se dado, na verdade, entre seres humanos. A visão de que a COVID-19 veio do comércio de animais selvagens não está comprovada e provavelmente não é relevante.

De qualquer forma, não há dúvidas de que a humanidade sofre de doenças originárias de outros animais desde que nossa espécie existe. Nós sempre vivemos perto dos animais. A gripe, que acelera ou causa a morte de talvez 290.000 a 650.000 pessoas todos os anos, teve origem em uma ave da selva, por meio de seus descendentes domesticados, como galinhas e patos. O sarampo, que mata cerca de 140.000 pessoas por ano, teve origem no gado domesticado (no momento em que este artigo é escrito, acredita-se que cerca de 130.000 pessoas tenham morrido de COVID-19.)

Existem milhões de tipos de vírus, que estão por toda parte (inclusive dentro de nós), sofrem mutações e provavelmente existem desde as primeiras células vivas. Eles fazem parte do tecido da vida.

Mais APs não farão nada para evitar pandemias. Podem até ter o efeito inverso, aumentando a superpopulação ao expulsar as pessoas de suas terras e levá-las a favelas urbanas, que já abrigam cerca de um quarto dos habitantes das grandes cidades do mundo.

Que tipo de AP ajudaria a resolver esses três problemas?

As APs, como existem atualmente, não resolveriam nenhum desses problemas e poderiam facilmente piorá-los. No entanto, seria fácil conceber uma área protegida que sim, ajudasse a proteger a biodiversidade: bastaria proteger os direitos dos indígenas às suas terras. O problema é que, além de alguns comentários inconsequentes, não há evidências de os defensores das APs tenham isso em mente.

Atualmente, existem dois tipos de AP. Um deles existe em áreas onde as populações locais são numérica e politicamente fortes em termos relativos. Nenhuma AP pode ser criada lá sem atender às suas necessidades. Os parques nacionais do Reino Unido, por exemplo, incorporam fazendas e até mesmo povoados e pequenas cidades inteiras. Não há restrições a entrar ou morar neles. As pessoas não são retiradas, porque têm muita influência política. O outro tipo – a “conservação de fortaleza” – é o comum na África e em partes da Ásia, e é assim que os parques nacionais foram concebidos nos Estados Unidos. A população local, quase sempre nativa da região, é expulsa por

meio de força, coerção ou suborno. Os melhores guardiões da terra, que já foram autossuficientes e têm pegada de carbono menor do que qualquer um de nós, são reduzidos ao empobrecimento, perdendo a terra e aumentando a superlotação urbana.

Não há razão para pensar que o novo clamor por duplicar as APs signifique algo diferente. Seus proponentes continuam falando muito de “natureza intocada” em lugares como África ou Ásia, precisamente onde vivem os povos indígenas, onde a conservação feita no modelo de fortaleza está viva e bem estabelecida, e onde as pessoas estão sendo expulsas de suas terras enquanto este texto está sendo escrito (como ocorre na Bacia do Congo ou nas reservas de tigres da Índia).

Quem quer APs e por quê?

As APs são promovidas com muita intensidade por ONGs de conservação, governos e grandes empresas. As ONGs querem o máximo de dinheiro possível para manter seu domínio sobre uma parte cada vez maior da superfície do mundo, que consideram ameaçada pelos habitantes locais. Os governos detestam pessoas autossuficientes, que são difíceis de tributar e controlar e tendem a não aceitar que o Estado está acima da comunidade. As empresas buscam ter mais consumidores e extrair mais matérias-primas, geralmente da “natureza intocada”. Elas precisam de lugares onde possam afirmar que “compensam” carbono para fazer o máximo possível de lavagem verde em sua imagem.

O resultado é que bilhões de dólares em dinheiro dos contribuintes são canalizados para áreas de conservação que ignoram todas as condições de defesa dos direitos humanos, os quais costumam ser rotineiramente descumpridos nessas áreas. A maioria desses projetos é administrada por ONGs, empresas privadas com fins lucrativos ou ambas. Eles são estabelecidos em conjunto com extração de madeira, atividades extrativas, caça esportiva, concessões de turismo e agronegócio. Tomam terras que há muito sustentam um modo de vida para a população local e a remodelam para gerar lucro para alguns estrangeiros. Em algumas áreas, há uma clara sobreposição, por exemplo, de concessões de mineração com áreas protegidas. Se as ONGs de conservação são controladas, pelo menos em parte, por executivos de empresas que têm assento nos conselhos dessas organizações, que se associam a elas e que as financiam, por que esperar algo diferente?

A Área Protegida de Messok Dja, na República do Congo, é um exemplo. Custa 24 milhões de dólares, dos quais 4 milhões são administrados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Isso inclui contribuições do governo do Congo e uma empresa de turismo, uma de óleo de dendê e uma de madeira, além de duas ONGs de conservação.

A ideia da conservação “de fortaleza” – APs protegendo a terra da ganância destrutiva dos habitantes locais – é um mito colonial, um conto de fadas prejudicial ao meio ambiente, com raízes em ideias racistas e ecofascistas sobre quais pessoas têm algum valor e quais não têm valor e, portanto, devem ser expulsas e empobrecidas, ou pior. Muitos ambientalistas sabem disso, mas se calam por receio de ser prejudicados profissionalmente ou ser processados na justiça.

Ao expulsar os moradores de áreas rurais de seus estilos de vida bastante autossuficientes (caça, pastoreio, coleta e cultivo de seus próprios alimentos e medicamentos) e os forçar a ingressar na economia monetária em seu nível mais miserável, o aumento do número de APs causará mais perda de biodiversidade, exacerbará as mudanças climáticas e aumentará a probabilidade de pandemias – exatamente o contrário do que se afirma. Se os adeptos da conservação de fortaleza vencerem a batalha, o efeito será mais empobrecimento e fome para milhões de pessoas. É improvável que a população local a apoie e, em alguns lugares, essas pessoas serão simplesmente levadas a retomar

suas terras à força, o que significará o fim dessas APs para sempre.

Isso não significa que muitas pessoas que acreditam na conservação de fortaleza e em Áreas Protegidas não creiam na grande mentira dessa proposta; elas realmente creem, e se apegam a ela como uma questão de fé, com a firmeza de qualquer fanático. Isso acaba sendo um desastre para elas também, pois seu trabalho acabará se revelando contraprodutivo. Mas a tragédia causada ao longo do processo às pessoas e à natureza que estão sendo prejudicadas é muito mais grave. Se nos preocupamos com a biodiversidade e as mudanças climáticas, essas visões não devem prevalecer. A biodiversidade depende da diversidade humana, e essa é questão central que deve ser rapidamente formulada em uma ideologia de conservação para o futuro, para o nosso planeta e para toda a humanidade.

Stephen Corry, director@survivalinternational.org @stephencorrsvl
Diretor, Survival International, <https://www.survivalinternational.org/>

Referências:

Corry, S., [It's time to clean ecofascism out of environmentalism](#), abril de 2020, CounterPunch

Corry, S., [New deal for nature: Paying the emperor to fence the wind](#), fevereiro de 2020, CounterPunch

Corry, S., [Diversity Rules Environment, ok?](#), dezembro de 2019, CounterPunch